

## Evidenciação obrigatória e voluntária: um estudo de caso junto às empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA

*Mandatory and voluntary disclosure: a case study to the energy sector companies listed on BM&FBOVESPA*

Everton Diego Moraes Dantas, Allan Sarmento Vieira

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

### Resumo

O objetivo geral deste trabalho foi identificar e comparar os meios/tipos de evidenciação das informações socioambientais entre as empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA. A evidenciação das informações socioambientais apresentadas por algumas empresas de energia listadas na BM&FBOVESPA é considerada atualmente um fator de grande importância, isso por que, é através dessas informações que as empresas vêm demonstrando sua preocupação em relação à preservação do meio ambiente e a responsabilidade social. É por isso que algumas delas utilizam o Balanço Social como forma de evidenciar seus demonstrativos voluntários, servindo este, como uma informação extra às demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas anualmente. Assim, o referido trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter quali-quantitativa, bibliográfica e descritiva, onde foram selecionadas inicialmente 73 empresas do setor energético que estão listadas no site da BM&FBOVESPA para compor o universo da pesquisa. Contudo, a partir da análise dos dados levantados, verificou-se que das 22 empresas da amostra apenas 5 delas apresentam formas de evidenciação voluntária em seus relatórios de sustentabilidade, mostrando com isso que empresas não assumem como rigor a responsabilidade socioambiental.

**Palavras-chave:** Formas de Evidenciação. Evidenciação Voluntária. Responsabilidade Socioambiental.

### Abstract

The aim of this study was to identify and compare the disclosure ways/tips of social and environmental information between energy companies listed on the BM & FBOVESPA. The disclosure of social and environmental information submitted by some energy companies listed on the BM & FBOVESPA is currently considered a factor of great importance, this because is through this information that the company shows its concern for the preservation of the environment and environmental impacts caused by them. That's why some use the Social balance as a way of evidencing their voluntary demonstratives, such models serving to extra information to the financial statements presented by companies annually. The aforementioned work is about a research of quantitative and qualitative nature, documentary and Bibliographic, and descriptive case study, where 73 companies in the energy sector listed on the BM & FBOVESPA website have been selected to make its universe. Performed the data analysis, it was verified that of the 22 companies in the study only 5 of them disclose forms of voluntary disclosure in their sustainability reports, thereby showing the role that each one takes about social and environmental responsibility.

**Keywords:** Forms of Disclosure, Voluntary Disclosure, Social and Environmental Responsibility.

## 1 Introdução

Questões como crescimento econômico, crescimento populacional, evolução do número de domicílios e distribuição de renda, são algumas das variáveis importantes na determinação do uso da energia, portanto, são consideradas como variáveis socioeconômicas. É importante ressaltar que o setor energético assume uma forma sustentável no crescimento e condições socioeconômicas da população, isso porque, busca mostrar diferentes maneiras de atender os requerimentos de serviços de energia (AES 2020, 2006).

Com isso as empresas do setor energético vêm buscando atrair novos investidores, visando aumentar o seu nível de confiança, passando a divulgar informações adicionais sobre ações de responsabilidade socioambiental, indo além das exigências obrigatórias. Sendo assim, surgem as informações voluntárias de natureza financeira, social e ambiental. Dessa forma, os relatórios de divulgação sociais são instrumentos capazes de evidenciar os resultados das empresas nas áreas socioeconômicas e ambientais, a fim de atender as necessidades dos usuários internos e externos, como o Relatório de Sustentabilidade ou Balanço Social (LUCA et al., 2012).

A *Financial Accounting Standards Board* (FASB) verificou que muitas companhias têm a iniciativa de apresentar em seus demonstrativos evidências voluntárias, com isso uma grande quantidade de informações de negócios pode ser utilizada como um meio de comunicação para os investidores, indo muito além das *disclosures* obrigatórias que são importantes para sucessos individuais das companhias, principalmente em relação aos fatores críticos de sucesso e as tendências que as norteiam (MOURA et al., 2012).

O Conselho Federal de Contabilidade, através da resolução CFC nº 1.003/04 que aprova a NBC T 15 – informações de natureza social e ambiental, diz que o procedimento para a evidência dessas informações tem o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Segundo esta norma as informações de natureza social e ambiental são classificadas da seguinte maneira: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; e, d) a interação com o meio ambiente (CFC, 2004).

Ainda no que diz respeito ao *disclosure* voluntário de informações socioambientais, o Balanço Social é uma ferramenta utilizada pelas empresas, que geralmente seguem uma estrutura básica de acordo com o país no qual o instrumento é adotado. No Brasil existem duas organizações responsáveis por estimular a publicação dos balanços sociais, são elas: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) (LUCA et al., 2012).

Além dos modelos nacionais, existe o modelo mundial, o *Global Reporting Initiative* (GRI), resultante de um grande esforço internacional, com normas e padrões que orientam na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, cuja adoção desse padrão no Brasil é recomendada pelo Ethos, com o objetivo de atender as expectativas dos diversos usuários, apresentando indicadores econômicos, sociais e ambientais. Contudo é comum a preocupação das empresas com elaboração do modelo GRI, sendo, mais utilizado o modelo de Balanço Social do IBASE (INSTITUTO ETHOS, 2012).

De modo geral, para que as organizações possam evidenciar informações de natureza social e ambiental aos seus usuários, elas adotam entre outros meios o balanço social, como uma demonstração contábil, facilitando a interpretação dessas informações. É nesse momento que a contabilidade por meio da mensuração e evidência de informações possibilita a determinação dos indicadores socioambientais que constituem a estrutura do Balanço Social. Esses indicadores podem ser apresentados através de alguns modelos propostos para a elaboração dessas informações.

Um fator considerável que influenciou na escolha do referido setor é a deficiência que as empresas de energia vêm enfrentando com a distribuição e fornecimento de energia elétrica, principalmente nas grandes cidades, devido à escassez das chuvas que estão comprometendo os reservatórios de água de todo país.

Além disso, Bazani e Leal (2014) desenvolveram um trabalho que comparou os níveis de evidência entre empresas de três setores (Exploração e/ou Refino, Papel e Celulose e Petroquímicos), listadas na BM&FBOvespa. E concluíram na sua análise que as empresas não expõem com total transparência as informações ambientais, ocasionando uma falta de credibilidade e confiabilidade na evidência.

Tomando como base o que foi exposto, acredita-se que esta pesquisa se justifica, visto a grande importância da temática ambiental na atualidade, proposta por alguns autores em seus trabalhos, como, por exemplo, no trabalho de Dalmácio e Paulo (2004). O objetivo geral deste trabalho foi identificar e comparar os meios/tipos de evidência das informações socioambientais entre as empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA.

## 2 Fundamentação Teórica

Esta seção apresenta uma simplificada revisão da literatura sobre “*Disclosure*” das Informações. E está subdividida em: *Disclosure* Voluntário; *Disclosure* Obrigatório.

A evidenciação contábil é parte da contabilidade que visa divulgar a informação com clareza, não deixando nenhuma dúvida para as partes interessadas, permitindo a compreensão da informação contábil de imediato. Iudícibus (2000) citou no seu trabalho, com base na definição sobre evidenciação da American Institute of Certified Public Accountants que as informações contábeis não devem apresentar exageros no que está sendo analisado, devendo evidenciar o que for necessário e disponibilizados em tempo hábil para atender o Princípio da Oportunidade. Ele afirma ainda que as informações contábeis devem ser evidenciadas levando em consideração qualidades como: confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade. Essas qualidades levadas em consideração devem ressaltar o acolhimento das necessidades dos usuários e consistência nos critérios utilizados. A evidenciação deve apresentar a informação contábil qualitativa e quantitativa de forma ordenada a fim de promover uma base adequada para o usuário que for utilizar.

Verrecchia (2001, p.98-99) afirma que não existe uma teoria unificada sobre *Disclosure*, isso não impede de vários autores apresentarem várias pesquisas na área da evidenciação, que tem como base: Com base em Associação (*association-based disclosure*), Com base em Julgamento (*discretionary-based disclosure*) e Com base em Eficiência (*efficiency-based disclosure*).

A relevância da evidenciação das informações contábeis, principalmente as socioambientais, é imprescindível no contexto atual. Para Louzada (2002) o processo de como divulgar a informação contábil tem o intuito de reconhecer, avaliar e interpretar de forma adequada e hábil os tipos de informações fornecidas.

Neste contexto, a preocupação com uma gestão ambiental eficiente e com os princípios da responsabilidade socioambiental vêm impondo as organizações investimentos na minimização dos impactos ambientais negativos e manter uma inter-relação com projetos filantrópicos, sendo necessário o auxílio da contabilidade ambiental e social na busca de formas ou modalidades de divulgações.

Na busca de transparência da informação a contabilidade vem desenvolvendo e adotando diferentes formas de evidenciar as demonstrações elaboradas pelas empresas, podendo essas evidenciações ser apresentadas em seus relatórios de forma obrigatória, e/ou de forma voluntária.

Existem ainda empresas que divulga de forma voluntária informações socioambientais como: o balanço social idealizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a *Global Reporting Initiative* (GRI) idealizado por entidades internacionais e os Relatórios de Sustentabilidade.

### 2.1 Evidenciação Voluntária

Dentre as evidenciações voluntárias as que merecem destaque são:

#### 2.1.1 Balanço Social

O grande objetivo do balanço social é exprimir o nível de responsabilidade socioambiental de uma determinada organização, informando consequentemente a sociedade o seu patrimônio e suas ações. Para o IBASE o balanço social deve ter um modelo único e simples para apresentar as informações, caso contrário não permitirá uma avaliação adequada da função social e ambiental de uma determinada empresa. Assim pode ser definido como um demonstrativo numérico sobre as atividades sociais e ambientais de uma determinada empresa.

Para De Luca (1998) existe uma crescente preocupação da sociedade em mensurar a função social e ambiental de uma empresa, isso é devido à maneira que os consumidores vêm valorizando e premiando, empresas que têm iniciativas em desenvolver ações sociais com seus empregados e com a sociedade e de minimizar os impactos ambientais causados pelas suas atividades.

Segundo Dalmácio et al.. (2004) as organizações devem assumir um compromisso com a sociedade não devendo só focar na obtenção do lucro. É necessário racionalidade na utilização dos recursos naturais, interesse na preservação do meio ambiente e também responsabilidade social.

Ben (2005) afirma que o balanço social é um demonstrativo de caráter qualitativo, já que procura evidenciar ações e esforços que vêm sendo realizadas pelas empresas para não afetar a flora, fauna e qualidade de vida da sociedade, também relações sociais dos trabalhadores com o meio ambiente e as contribuições feitas às

comunidades. Assim o balanço social é um instrumento de relevância que permite aos empresários a divulgação, a mensuração, e a identificação dos fatos sociais e ambientais para os usuários internos e externos.

O balanço social é reconhecido por várias entidades de investimento como um instrumento eficiente de avaliação, já que permite avaliar os riscos e as projeções de investimento na área social e ambiental. Para os gestores fornece informações necessárias ao processo de tomada de decisão referente aos programas desenvolvidos pelas empresas. Já aos fornecedores e investidores permite conhecer o nível de responsabilidade social e ambiental que é considerado pelos mesmos como um bom indicador de como a entidade está sendo gerenciada.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) o modelo do balanço social deve apresentar informações divididas em sete níveis. E deve detalhar investimentos em projetos ambientais e sociais (internos e externos) em diferentes áreas, como educação, cultura, saúde, além disso, os números sobre folha de pagamento, gastos com impostos, participação nos lucros, entre outros. No Quadro 1 a seguir são mostrados os requisitos mínimos exigidos:

Quadro 1 - Descrição dos níveis de Balanço Social.

Grupo	Descrição	Especificação
1	Base de cálculo	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta;
2	Indicadores sociais internos	Gastos com alimentação, educação, capacitação e saúde, dentre outros relacionados aos empregados;
3	Indicadores sociais externos.	Gastos da empresa na comunidade (saúde e saneamento, cultura, educação, etc.) e os tributos;
4	Indicadores ambientais	Gastos com despoluição, educação ambiental, investimento em programas externos e outros, seja com os empregados ou com a sociedade;
5	Indicadores do corpo funcional	Número de admissões, estagiários, mulheres, negros e portadores de deficiência física;
6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Aspectos referentes ao número de acidentes de trabalho, responsabilidade dos padrões de segurança e salubridade existentes;
7	Outras informações	Informações que a empresa julgar necessárias.

Fonte: Adaptado do site IBASE, (2014).

## 2.1.2 Global Reporting Initiative (GRI)

A *Global Reporting Initiative* é uma iniciativa conjunta de organismo não governamental dos Estados Unidos e do Programa das Nações Unidas voltado para o Meio Ambiente, com participação ativa de contadores, ambientalistas, investidores, direitos humanos e trabalhistas de diferentes partes do mundo. Seu principal objetivo é difundir e delinear diretrizes adequadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, devendo evidenciar, aspectos como o financeiro, ambiental, social, produtos e serviços.

Para Dias et al.. (2009) a *Global Reporting Initiative* (GRI) incorpora em seus relatórios um modelo de balanço social mais sofisticado, segundo padrões internacionais, pois contemplam aspectos qualitativos como o desempenho dos investimentos sociais de uma entidade, até mesmo, os impactos ambientais produzidas por suas atividades. É dividida em três dimensões (econômica, social e ambiental) que permitem ainda fazer análises e observações da evolução dos indicadores fornecidos pela empresa.

O modelo GRI deve apresentar informações básicas, com indicadores divididos em três dimensões, subdivida em seis categorias, conforme apresentados nos Quadros a seguir.

Para analisar a dimensão ambiental, devem considerar os indicadores apresentados no Quadro 2, que se refere aos impactos das empresas sobre os sistemas naturais vivos e não vivos. O desempenho ambiental será determinado considerando insumos como: material, energia, água, emissões, efluentes, resíduos, biodiversidades e gastos relativos à recuperação e preservação ambiental.

Quadro 2 – Indicadores do desempenho ambiental

Aspectos	Descrição
Materiais	Materiais usados por peso ou volume; e percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem;

Energia	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária; consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária; energia economizada devido melhorias em conservação e eficiência; iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia;
Água	Total de retirada de água por fonte; fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água; e percentual e total de água reutilizada;
Biodiversidade	Localização e tamanho da área possuída, arredada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas;
Emissões, efluentes e resíduos	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso; outras emissões diretas e indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso; iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito e as reduções obtidas; emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso; NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso; desperdício total de água, por qualidade e destinação;
Produtos e serviços	Iniciativas para minimizar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos; e o percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos por categoria de produto;
Conformidade	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais;
Transporte	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores;
Geral	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental.

Fonte: Diretrizes da GRI (2006).

No Quadro 3, os indicadores econômicos, referem-se na obtenção dos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Têm como objetivo principal determinar o desempenho econômico.

Quadro 3 - Indicadores do desempenho econômico.

Aspectos	Descrição
Desempenho econômico	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos;
Presença no mercado	Variação da proporção do salário mais comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes; políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes;
Impactos econômicos indiretos	Desenvolvimento e impacto de investimento em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie.

Fonte: Diretrizes da GRI (2006).

Os indicadores apresentados no Quadro 4 identificam o desempenho social com base no sistema social, referentes às práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade sobre o produto apresentados nos Quadros 5 a 7.

Quadro 4 - Indicadores do desempenho social.

Aspectos	Descrição
Comunidade	Natureza, espoco e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída;

Corrupção	Percentual e número total de unidades de negócios submetidos a avaliações de riscos relacionados à corrupção;
Políticas públicas	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração das mesmas;
Concorrência desleal-adicional	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste de monopólio e seus resultados;
Conformidade-essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.

Fonte: Diretrizes da GRI (2006).

No Quadro 5 são apresentados os aspectos específicos referentes as práticas trabalhistas, que tem como base as normas internacionais reconhecidas como: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Unidas: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e Declaração e Programa de Ação de Viena.

Quadro 5 - Indicadores do desempenho com relação às práticas trabalhistas.

Aspectos	Descrição
Emprego	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região;
Relação entre os trabalhadores e a governança	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva; e prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva;
Saúde e segurança no trabalho	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional; taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho por região;
Treinamento e educação	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.

Fonte: Diretrizes da GRI (2006).

Os indicadores apresentados no Quadro 6 referem-se as empresas que incluem nos seus relatórios a importância do direito humano nas práticas de investimento e seleção de fornecedores.

Quadro 6 - Indicadores do desempenho com relação aos direitos humanos.

Aspectos	Descrição
Práticas de investimento e de processos de compra	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes aos direitos humanos;
Não-discriminação	Número total de discriminação e as medidas tomadas;
Liberdade de associação e negociação coletiva	Operações identificadas em ter o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva;
Trabalho infantil	Operações identificadas como risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do mesmo;
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Operações identificadas como risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo;
Práticas de segurança	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações;
Direitos indígenas	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.

Fonte: Diretrizes da GRI (2006).

No Quadro 7 apresentam os indicadores referentes à responsabilidade das empresas sobre seus produtos, e estão diretamente ligados a seus clientes, que devem ser informados das características de seus produtos, tais como: saúde e segurança, informações e rotulagem, marketing e privacidade.

Quadro 7 - Indicadores do desempenho com relação à responsabilidade de seus produtos.

Aspectos	Descrição
Saúde e segurança do cliente-essencial	Fases do ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos;
Rotulagem de produtos e serviços	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigidos por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências; número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados as informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado; e práticas relacionadas a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação;
Comunicações de marketing	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio;
Conformidade	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda dos clientes;
Compliance	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: Diretrizes da GRI (2006).

## 2.2 Evidenciação Obrigatória

Dentre as evidenciações obrigatórias as que merecem destaque são:

### 2.2.1 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Pronunciamento Técnico CPC 09 tem como objetivo estabelecer critérios para a elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social, tendo como finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante um determinado período. Para sua elaboração deve-se levar em consideração o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC - Estrutura Conceitual Básica para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

A DVA em sua estrutura deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e como tal riqueza foi distribuída. O detalhamento da distribuição da riqueza se dá da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) juros e aluguéis; d) juros sobre o capital próprio e dividendos; e) lucros rateios ou prejuízo do exercício (CPC 09, 2008).

### 2.2.2 Notas Explicativas

O Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis se manifesta apresentando as Notas Explicativas que contêm informações adicionais em relação às apresentadas nas demonstrações contábeis, onde oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações, informações essas acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento apresentados nas demonstrações contábeis (CPC 26, R1, 2011).

### 2.2.3 Relatórios da Administração

Segundo Silva et al (2006) o Relatório da Administração, exigido pela Lei nº 6.404/76, possui grande importância no sistema de divulgação aos acionistas, credores, investidores e órgãos governamentais. O Relatório da Administração trata do conjunto de informações disponibilizadas aos acionistas, através dos seguintes itens: a) descrição dos negócios, produtos e serviços; b) comentário sobre a conjuntura econômica geral; c) recursos humanos; d) investimentos; e) proteção ao meio ambiente; etc. Com isso o Relatório da Administração é um

complemento às demonstrações financeiras, pois fornece, de forma descritiva, dados e informações adicionais que podem ser úteis aos usuários nas suas decisões.

Para Mafra e Ness Jr (2002) que desenvolveram um trabalho com base na qualidade do Relatório da Administração das companhias abertas brasileiras, concluíram que há muito a ser feito para que essas ferramentas possam ser consideradas um elemento importante de evidência voluntária.

Já Capelletto (2004) afirma que a maioria dos bancos brasileiros não está cumprindo as exigências legais e regulamentadas de divulgação das informações necessárias, já que é uma ferramenta de transparência e confiabilidade para os investidores. Um exemplo ocorrido no ano 2015 foi a não divulgação dos instrumentos básico e obrigatório de evidência da estatal Petrobrás S.A., procedimento este, fez com que as ações despendessem no mercado financeiro. Isso mostra a importância de averiguar os níveis de evidência obrigatórios e não obrigatórios.

Goldner (2006) desenvolveu uma pesquisa para verificar e investigar se os níveis de evidência das demonstrações contábeis e financeiras em 28 bancos brasileiros estavam de acordo com a legislação e se seguiram tais determinações. Os resultados apontaram que os bancos, na sua maioria listados na BM&FBOVESPA, apenas evidenciam suas demonstrações contábeis e financeiras dentro do exigido pela legislação e na sua maioria ficaram restritas nas Notas Explicativas, não utilizando o Relatório da Administração.

### 3 Materiais e Métodos

Nesta seção serão discutidos, os procedimentos metodológicos adotados no delineamento desta pesquisa, onde indicarão os dados e métodos necessários para se alcançar os objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

A abordagem do problema desta pesquisa é caracterizada como um trabalho quali-quantitativo, pois com base nesta abordagem buscou-se verificar as empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA, que apresentam formas de evidência obrigatórias e/ou voluntárias. A pesquisa qualitativa é usada com forma de aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma entidade, etc. Os pesquisadores que utilizam esse mecanismo buscam explicar o porquê das coisas, com o objetivo de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, preocupando-se com os aspectos da realidade, não podendo ser quantificados (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Já a pesquisa quantitativa é dada por meio da mensuração, ou seja, quantificar em valores numéricos as informações a serem caracterizadas e examinadas, por meios estatísticos ou matemáticos (porcentagem, média, moda, entre outras), refutando ou não determinada hipótese (BARROS, 2008).

Considerando os objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que descreve a realidade a partir dos documentos examinados, no que se refere aos demonstrativos contábeis das empresas listadas. Na pesquisa descritiva o objetivo principal é a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, uma vez que estabelece relações entre variáveis. Uma de suas principais características está na utilização de técnicas de coleta de dados.

A população da referida pesquisa compreende as empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA, a partir das demonstrações publicadas na bolsa de valores. Para selecionar a amostra desse estudo, foi levada em consideração uma população composta por 73 empresas do setor energético, da qual se utilizou da técnica amostral probabilística aleatória, donde foi extraída uma amostra representativa que está apresentada detalhadamente no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - Lista das empresas de energia que compõem a amostra selecionada.

Nº de empresas	Nome das empresas
01	AES TIETE S.A.
02	BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.
03	BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
04	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.
05	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS
06	CIA BRASILIANA DE ENERGIA
07	CIA ENERGETICA DE BRASILIA
08	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
09	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
10	CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ
11	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
12	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.



13	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
14	EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE
15	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR
16	ENEVA S.A
17	ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A. ESCELSA
18	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.
19	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN
20	RAIZEN ENERGIA S.A.
21	RENOVA ENERGIA S.A.
22	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os dados utilizados no referente estudo foram coletados a partir dos demonstrativos divulgados nos sites de cada empresa escolhida referente ao ano de 2013, sendo analisadas as demonstrações apresentadas de forma obrigatória e/ou voluntário, servindo estas, como base de informações ao referido estudo.

Utilizou-se ainda o site da BM&FBOVESPA, para verificar a situação dos demonstrativos contábeis de todas as empresas do setor energético, que apresentam ou não evidencição de forma obrigatória (notas explicativas, relatório da administração, demonstração do valor adicionado, etc.) e/ou voluntária, (balanço social modelo IBASE e modelo GRI), contribuindo para a coleta e análise dos dados, possibilitando o desenvolvimento deste trabalho.

Com o auxílio da ferramenta da Microsoft Office Excel 2007, foi selecionada uma amostra composta por empresas do setor energético, através do método da tabela de números aleatórios simples, por forma de sorteio.

A partir dos dados obtidos através das demonstrações evidenciadas por cada empresa, foram construídos mais dois quadros, correspondentes, ao Quadro 9, onde relaciona as empresas que evidenciam seus demonstrativos de forma obrigatória e ao Quadro 10, que mostra as empresas evidenciam seus demonstrativos de forma voluntária. Tais dados serviram como base de fundamentação para analisar o comportamento das referidas empresas em relação às formas de evidencição apresentadas pelas mesmas.

Para realizar a análise dos demonstrativos divulgados pelas empresas, serão utilizadas algumas das principais formas de evidencição, tanto as obrigatórias, quanto as voluntárias, tendo como base desta análise a comparação, entre as formas de divulgação das empresas, através de gráficos, com o intuito de explicitar as informações necessárias. Após essa etapa buscou-se evidenciar e comparar as formas de evidencição do ano base 2013 das empresas classificadas neste estudo.

#### 4 Resultados e Discussão

Após a exposição de algumas definições acerca do tema abordado neste estudo foram levantados alguns conceitos teóricos que permitiu a fundamentação dessa pesquisa, para em seguida com a utilização de alguns métodos e materiais, obter e analisar os resultados das formas de evidencição das empresas do setor energético listadas na BM&FBOVESPA.

Com base no universo da pesquisa observou-se uma população composta por 73 empresas, ficando inviável análise de todas. Sendo assim, foi obtida a partir da técnica de amostragem aleatória por sorteio, com o auxílio dos números aleatórios gerados através da ferramenta do Office Excel 2007 uma amostra representativa contendo 22 empresas do setor energético, todas elas listadas na bolsa de valores. Essa amostra servirá como base para apresentar quais as formas de evidencição voluntárias e obrigatórias das empresas selecionadas.

No Quadro 9 foi observado que todas elas divulgam as formas de evidencições obrigatórias, neste caso, sendo consideradas apenas três demonstrações principais, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com isso pode-se avaliar que tais demonstrações são divulgadas por todas as empresas, justamente, pelo fato de ser obrigado por lei.

Quadro 9 - Empresas de energia que apresentam formas de evidencição obrigatória.

Nomes das empresas	Evidencição obrigatória		
	NE	RA	DVA
AES TIETE S.A.	X	X	X
BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.	X	X	X

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	X	X	X
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	X	X	X
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	X	X	X
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	X	X	X
CIA ENERGETICA DE BRASILIA	X	X	X
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	X	X	X
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	X	X	X
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	X	X	X
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	X	X	X
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	X	X	X
ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	X	X	X
EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE	X	X	X
EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR	X	X	X
ENEVA S.A	X	X	X
ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A. ESCELSA	X	X	X
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	X	X	X
PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	X	X	X
RAIZEN ENERGIA S.A.	X	X	X
RENOVA ENERGIA S.A.	X	X	X
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	X	X	X

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Analisando o nível de evidenciação obrigatório no Quadro 9 das empresas consideradas, apesar de todas apresentarem as principais ferramentas de evidenciação, foi importante averiguar se todas estão seguindo a legislação vigente, já que esses instrumentos são primordiais no estabelecimento da transparência e confiabilidade das informações contábeis e financeiras na busca de futuros investimentos.

Araújo et al (2014) apresenta em sua pesquisa o nível de divulgação das empresas de nove estados, atingindo o nível total de exigência, dentre esses mereceram destaque: Ceará (apresenta todas as informações obrigatórias e evidenciam boa parte das informações voluntárias), Pernambuco (exibem todas as informações obrigatórias e algumas informações de caráter voluntário) e Paraíba (apresenta parte das informações obrigatórias e evidenciam muitas informações de caráter voluntário). Dentre os piores níveis de divulgação estão: Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe (apresentam apenas parte das evidenciações obrigatórias e nenhuma evidenciação voluntária). Os níveis medianos são as empresas do estado da Bahia, Maranhão e Piauí.

De acordo com o levantamento realizado através do site de cada empresa, foi possível perceber que das 22 empresas analisadas, apenas 5 delas apresentam formas de evidenciações voluntárias, nesse caso o Balanço Social modelo IBASE e/ou GRI, conforme pode ser observado no Quadro 10.

Percebe-se que pelo fato de ser voluntária, a grande maioria das empresas não se preocupam em divulgarem tais informações, fazendo com que a responsabilidade socioambiental seja colocada em segundo plano. Para que essa situação mude e as empresas passem a divulgar as demonstrações voluntárias, assim como divulgam as obrigatórias, é necessário que haja uma maior conscientização por parte das empresas, levando as mesmas a refletirem a cerca da responsabilidade social que cada uma tem no processo de preservação do meio ambiente, fazendo com que busquem maneiras de diminuir os impactos causados ao meio ambiente.

Quadro 10 – Empresas de energia que apresentam formas de evidenciação voluntária.

Nomes das empresas	Evidenciação voluntária	
	IBASE	GRI
AES TIETE S.A.	X	X
BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.		
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	X	X

CEMIG DISTRIBUICAO S.A.		
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS		
CIA BRASILIANA DE ENERGIA		
CIA ENERGETICA DE BRASILIA		
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG		
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL		
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ		
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	X	X
ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	X	X
ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	X	X
EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE		
EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR		
ENEVA S.A		
ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A. ESCELSA		
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.		
PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN		
RAIZEN ENERGIA S.A.		
RENOVA ENERGIA S.A.		
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.		

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com a Figura 1, pode-se observar que todas as empresas analisadas 100% evidenciou de forma obrigatórias as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e a Demonstração do Valor Adicionado e só 23% das empresas pesquisadas apresentam formas de evidência voluntária, demonstrando que as empresas do setor energético, apesar de saberem que a preservação do meio ambiente e a responsabilidade social agregam valor, ainda estão tímidas na divulgação destas informações.

Acredita-se que esse percentual melhoraria se o governo debatesse e adotasse um modelo de Balanço Social e Ambiental padrão e incentivasse as empresas, ligadas as questões ambientais, com mais detalhes as informações socioambientais facilitando e aumentando a confiabilidade do processo de tomada de decisão.

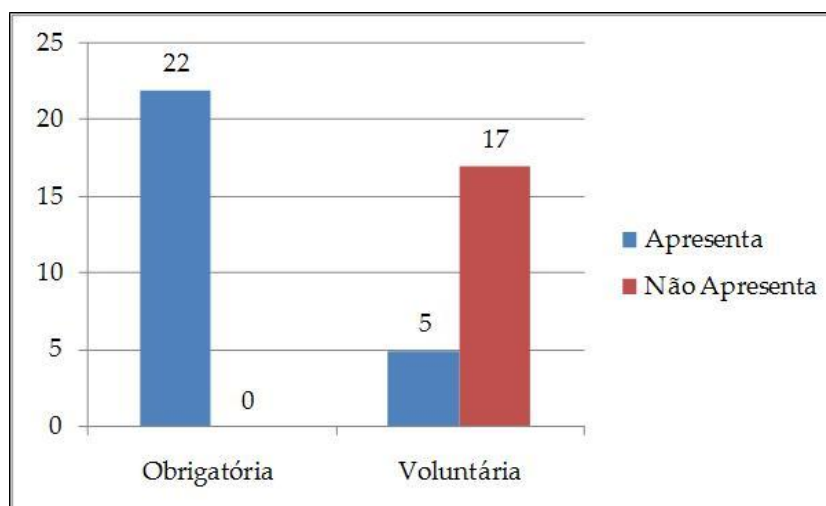


Figura 1 – Contexto geral das formas de evidência das empresas analisadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

## 5 Conclusões

Como esse estudo foi realizado com o objetivo de averiguar quais são as formas de evidenciação utilizadas pelas empresas do setor energético, partindo da análise dos resultados, que contou com uma amostra composta por 22 empresas de energia integradas a bolsa de valores, selecionada a partir da técnica de amostragem aleatória por sorteio, com coleta dos dados a partir do site de cada uma delas, concluiu-se que poucas são as empresas do setor energético que se importam em apresentar suas formas de evidenciação voluntária.

De acordo com a amostra selecionada nessa pesquisa, notou-se que de 100% das empresas, apenas 23% apresenta alguma das formas de evidenciação dos demonstrativos voluntários, nesse caso o Balanço Social modelo IBASE e GRI. Com isso os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, uma vez que, se conseguiu identificar, entre as empresas analisadas, aquelas que evidenciam suas informações de forma obrigatória e/ ou voluntária, podendo ainda verificar os tipos de demonstrativos apresentados por cada empresa.

Portanto, pode-se perceber que apesar das empresas terem consciência que a responsabilidade socioambiental e que a escassez dos recursos naturais são temas imprescindíveis no contexto atual da sociedade, pode-se afirmar, que ainda são poucas as empresas do setor energético que evidenciam suas informações socioambientais de forma voluntária.

Como recomendação para futuras pesquisas pode ser trabalhada ainda nesta temática: normas e legislação disponíveis a cerca o Balanço Social. Além disso, utilizar técnicas de análise multi-criterial e multi-decisor na construção de indicadores socioambientais, visando à construção básica do Balanço Social e fundamentar consequentemente o processo de tomada de decisão.

## Referências

- AGENDA ELÉTRICA SUSTENTÁVEL 2020: estudo de cenários para um setor elétrico brasileiro eficiente, seguro e competitivo / WWF-Brasil..— Brasília, 2006 . 80 p. : il. ; (Série técnica: v.12). Disponível em: [http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf\\_energia\\_ebook.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf_energia_ebook.pdf). Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.
- ARAÚJO, João Gabriel Nascimento de; MIRANDA, Luiz Carlos; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DOS GOVERNOS ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA LEGITIMIDADE E DA HIPÓTESE DOS CUSTOS POLÍTICOS. Registro Contábil – Ufal – Maceió/AL, Vol. 6, Nº 1 , p.71-91, jan/abr. (2014).
- BARROS, Talma Bastos de. Conceitos em Pesquisa Científica. 22 out. 2008. Disponível em: [www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/](http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-em-pesquisa-cientifica/10409/). Acesso em: 12 mar. 2014.
- BEN, F.; Um perfil da gestão ambiental em empresas moveleiras brasileiras. JORNADAS DE INVESTIGACIÓN CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS, 3, 2005. Anais...Argentina, Universidad Nacional de Misiones. Posadas – Argentina, (2005).
- BAZANI, Camila Lima; LEAL; Edvalda Araújo. NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS AMBIENTAIS E O GRAU DE ADERÊNCIA AOS INDICADORES GRI: um estudo comparativo com empresas de três segmentos. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.6, n.2, mai/ago. (2014).
- CAPELLETO, Lúcio Rodrigues. NÍVEL DE ADERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE NOS MAIORES BANCOS BRASILEIROS. In: Encontro Anual Da Associação Nacional Dos Programas De Pós-graduação Em Administração, 28, 2004, Curitiba, PR. Anais do Enanpad. Paraná: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, PRONUNCIAMENTO TÉCNICO - CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em 14 de março de 2014.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, PRONUNCIAMENTO TÉCNICO - CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em 14 de março de 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Resolução CFC nº 1.003/04, NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc). Acesso em 09 de março de 2014.

- DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M.; A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: 4º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2004, São Paulo (SP). Anais em CD-ROM, 07 a 08 de out. (2004).
- DE LUCA, M. M. M., MOURA A. A. F., NASCIMENTO, F. S. P.. Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto no Brasil com base nos indicadores de responsabilidade social da ONU. v.19, n. 3, 2012. Disponível em: [www.spell.org.br/documentos/download/8894](http://www.spell.org.br/documentos/download/8894). Acesso em: 02 de fevereiro de 2014.
- DIAS, L. N. S.; SIQUEIRA, J. R. M.. Os indicadores ambientais no balanço social da Petrobras. Contabilidade ambiental e relatórios sociais. São Paulo: Atlas, (2009).
- DIRETRIZES PARA RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE – GRI; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em parceria com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas (GVces).; (2006)
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPECAFI). Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades. 4.ed. São Paulo: Atlas, 778p., (1994).
- GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo, Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 09 de março de 2014.
- GOLDNER, Fábio; O DISCLOSURE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EFİNANCEIRAS DOS MAIORES BANCOS BRASILEIROS; Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCEPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível profissionalizante. Vitória/ES; (2006).
- GIL, Antônio Carlos, 1946 - Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [http://www.propipi.uff.br/turismo/sites/default/files/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_oco\\_antnio\\_carlos\\_gil.pdf](http://www.propipi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_oco_antnio_carlos_gil.pdf). Acesso em 09 de março de 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: <[www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2014.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LOUZADA, L. C.; Fatores que influenciam a capacidade de geração, comunicação e Informação das Demonstrações Contábeis. Universo Acadêmico, Nova Venécia, V.2, n.2, p. 13-32, Jan./jun.(2002).
- MAFRA, Mário Allan Ferraz; NESS JR, Walter Lee. O Relatório da Administração no Brasil: Peça de Informação ou de Ficção. Revista de Economia e Administração, São Paulo, v.1, n.2, p.01-18, Abril/Junho, (2002).
- MOURA, Geovanne Dias de, FANK, Odir Luiz, VARELA, Patrícia Siqueira, Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&F Bovespa. Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília, v. 15, n. 1, p. 17 - 32 jan/abr 2012. Disponível em: [www.spell.org.br/documentos/download/8333](http://www.spell.org.br/documentos/download/8333). Acesso em: 14 de março de 2014.
- SILVA, César Augusto Silva, RODRIGUES Fernanda, SILVEIRA, Maria Lizete da, SILVEIRA, Karen da, Relatório da Administração das companhias brasileiras de capital aberto: uma análise qualitativa. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 4, nº 2, ju/dez 2006. Disponível em: <http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/viewFile/73/36>. Acesso em: 14 de março de 2014.
- TACHIZAWA, T.; Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, (2002).
- VERRECCHIA, Robert E. ESSAYS ON DISCLOSURE. Journal of Accounting and Economics, Amsterdam, v. 32, Nos. 1-3, p.97-180, Dec. (2001).

